

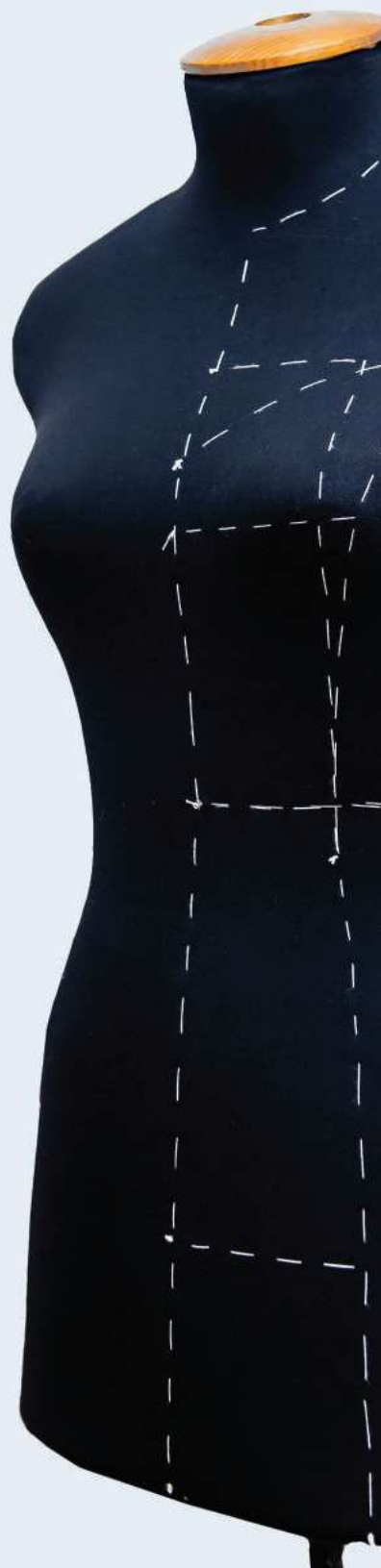
DIREITO DA MODA

VOL. I

COORDENAÇÃO

Lígia Carvalho Abreu

Francisco Pereira Coutinho



**DIREITO
DA
MODA**
VOL. I

DIREITO DA MODA

VOL. I

COORDENAÇÃO

LÍGIA CARVALHO ABREU

FRANCISCO PEREIRA COUTINHO

DIREITO DA MODA

COORDENAÇÃO

LÍGIA CARVALHO ABREU
FRANCISCO PEREIRA COUTINHO

EDIÇÃO

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO
CEDIS, CENTRO DE I & D SOBRE DIREITO E SOCIEDADE
Campus de Campolide
1099-032 Lisboa
PORTUGAL

EXECUÇÃO GRÁFICA

ASPRINT-Apolinário Silva Unipessoal, Lda.

FEVEREIRO 2019

DEPÓSITO LEGAL
452004/19

ISBN
978-972-99399-7-6

TIRAGEM
300 EXEMPLARES

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seus(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro
qualquer processo, sem prévia autorização escrita do editor,
é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

Índice

- 7 *Nota de Apresentação*
- 11 Lígia Carvalho Abreu – *Os Princípios do Direito da Moda e sua relevância na Construção e Autonomia de uma nova Disciplina Jurídica*
- 33 Luís Couto Gonçalves – *Moda e Marca*
- 53 Ana Afonso – *Contrato de Licença de Exploração de Marca*
- 81 Catarina Crespo – *A Proteção do Trade Dress na Indústria da Moda*
- 103 Patrícia Rento – *Proteção do Bordado de Arraiolos e a sua Apropriação por Empresas de Moda*
- 117 Alexandra Vilela / Inês Godinho – *As Infrações Relacionadas com o Direito da Moda*
- 139 Regina Ferreira de Souza – *Moda e Direito Penal: A Construção da Legislação Brasileira sobre Joias e a Influência de Portugal*
- 157 Ana Clara Azevedo de Amorim – *A Aplicação do Regime Jurídico da Publicidade ao Sector da Moda – Algumas Questões*
- 185 Letícia Marques Costa – *E-commerce Aplicado à Moda*
- 199 Joana Whyte – *Direito da Concorrência à la Mode*

- 229 Maria Odete Oliveira – *Temáticas Fiscais Atuais na Indústria da Moda*
- 255 Rhayza Vieira Berlanza – *O Trabalho na Indústria Têxtil em Condições Análogas à Escravidão e o Dumping Social*
- 275 João Fraga de Castro – *A Sustentabilidade nos Contratos com a Administração Pública e nos Contratos Individuais de Trabalho*

Nota de Apresentação

FRANCISCO PEREIRA COUTINHO*

“Se já temos direito do desporto; na verdade, se já oferecemos dois cursos sobre direito do desporto, por que razão não podemos ter um curso sobre direito da moda?” A pergunta retórica foi colocada pela direção da Faculdade de Direito de Fordham, nos Estados Unidos da América¹, e esteve na origem da abertura, em 2008, do primeiro curso de direito da moda (*Fashion Law*) numa escola de Direito². Seguiram-se várias edições do mesmo curso e, alguns anos depois, o primeiro mestrado em direito da moda³.

Em meados de 2016 encontrei casualmente na internet o projeto *Fashion Law – When fashion meets fundamental rights*⁴, fundado pela minha colega jusinternacionalista Lígia Carvalho Abreu. Apresentando-se a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, desde a sua fundação em 1997, “como um polo inovador no desenvolvimento da ciência jurídica”, através designadamente da “lecionação de novas disciplinas”⁵, propus à Lígia Carvalho Abreu a organização em parceria de um curso sobre direito da moda na

* Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e Membro do CEDIS.

1 Retirado de <https://fashionlawinstitute.com/about> (acedido a 3 de novembro de 2018).

2 Jimenez, 2014, p. 2, que acrescenta que a designação *fashion law* terá sido utilizada, pela primeira vez, em 2006, num curso do “Fashion Institute of Technology”.

3 Sobre este mestrado, v. https://www.fordham.edu/info/23328/msl_in_fashion_law (acedido a 3 de novembro de 2018).

4 Disponível em <http://www.fashionmeetsrights.com/> (acedido a 3 de novembro de 2018).

5 Art. 2.º, n.º 1, dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa – Nova School of Law, publicados em anexo ao Despacho n.º 4778/2018, de 26 de abril, da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 15 de maio de 2018, p. 13549. A Nova Direito foi, por exemplo, a primeira faculdade de direito portuguesa a oferecer na licenciatura a disciplina de direito do desporto, no ano letivo 2005/2006 [v. https://www.fd.unl.pt/Anexos/10892_2.pdf (acedido a 3 de novembro de 2018)].

Nova Direito. Esta obra coletiva, coordenada por mim e pela Lígia Carvalho Abreu e editada pelo CEDIS – Centro de I & D sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa com o apoio do Instituto de Investigação Jurídica da Universidade Lusófona do Porto e da Jurisnova – Associações de Professores da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, constitui o corolário natural do sucesso do curso, que teve edições em 2017 e em 2018⁶.

O livro inicia-se com um artigo de Lígia Carvalho Abreu em que se expõem os princípios fundamentais do direito da moda a partir de uma ampla delimitação do âmbito material da disciplina que engloba a regulação da produção, criação e comercialização de peças de moda. O resultado desta abordagem conceptual é uma caleidoscópica abrangência temática que permite a inclusão no âmbito material do direito da moda de questões jurídicas de direito privado e público “tão diversas como o impacto ambiental e social da produção de bens e matérias-primas, as relações laborais, a proteção de criações originais, de invenções novas ou das marcas, os contratos comerciais, as relações de concorrência, a publicidade, os limites da imagem como obra artística e a imagem como direito da pessoa retratada ou da pessoa modelo” (Carvalho Abreu, 2019: 12).

Uma vez que “o núcleo essencial do direito da moda gravita à volta da propriedade intelectual, em sentido amplo” (Couto Gonçalves, 2019: 34), o primeiro e principal grupo de artigos incluídos nesta obra debruça-se sobre temas de propriedade industrial como a relação entre a moda e os regimes jurídicos da marca (Luís Couto Gonçalves), do contrato de licença de exploração de marca (Ana Afonso), do *trade dress* (Catarina Crespo), da proteção dos bordados de Arraiolos (Patrícia Rento) e das infrações a direitos de propriedade industrial (Alexandra Vilela e Inês Godinho) (Regina Ferreira de Sousa). Num segundo grupo de textos abordam-se sucessivamente a relação entre a moda e a publicidade (Ana Amorim), o comércio eletrónico (Letícia Marques), o direito da concorrência (Joana Whyte), o direito fiscal (Maria Odete Oliveira), o direito internacional do trabalho (Rhayza Vieira Berlanza) e a contratação pública (João Fraga de Castro).

Para terminar, são ainda devidos agradecimentos aos bolsiros do CEDIS, Daniela Pereira da Silva e João Azevedo, pelo auxílio prestado na revisão de

⁶ O programa dos cursos pode ser consultado em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/11374> e em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/12246.pdf> pdf (acedido a 3 de novembro de 2018).

textos e, em particular, a todos os autores por terem aceite o nosso desafio de participarem no primeiro livro editado em Portugal sobre direito da moda.

Braga, 3 de novembro de 2018.

Referências bibliográficas

- CARVALHO ABREU, Lígia (2019). “Os Princípios do Direito da Moda e sua Relevância na Construção e Autonomia de uma nova Disciplina Jurídica”, in Lígia Carvalho Abreu e Francisco Pereira Coutinho (eds.), *Direito da Moda*, CEDIS, Lisboa, 2019, pp. 11-32.
- COUTO GONÇALVES, Luís (2019). “Moda e Marca”, in Lígia Carvalho Abreu e Francisco Pereira Coutinho (eds.), *Direito da Moda*, CEDIS, Lisboa, 2019, pp. 33-51.
- JIMENEZ, Guillermo C. (2014). “A Survey of Fashion Law: Key Issues and Trends”, in Guillermo C. Jimenez e Barbara Kolsun (eds), *Fashion Law: a Guide for Designers, Fashion Executives, and Attorneys*, 2.^a Edição, Bloomsbury, Nova Iorque, 2014, pp. 1-24.